

XIII BRASA/ 2016

Painel: Os jovens e o mercado de trabalho no Brasil

Coordenação: Profa. Dra. Nadya Araújo Guimarães

O trabalho para a juventude no Brasil: novos contextos? novos sentidos?

Maria Carla Corrochano

Helena W. Abramo

O trabalho é uma dimensão presente e central na realidade e na estruturação das expectativas e dos projetos de vida da população juvenil brasileira, mas essa presença não se dá do mesmo modo quando consideradas as idades no tempo da juventude, a origem social, o gênero/sexo, a cor / raça e o local de moradia. Esta não é uma informação nova. Na década de 1990, quando as mudanças nos espaços produtivos e a diminuição dos postos de trabalho se intensificaram no Brasil, um conjunto de análises já afirmava sua centralidade para as gerações mais jovens. Em um contexto de intensificação das dificuldades de ingresso e permanência no mundo do trabalho, a importância dessa dimensão era afirmada mais por sua falta do que por sua presença.

Ainda que os olhares para a cena atual não sejam totalmente convergentes e que as transformações verificadas desde o início dos anos 2000 sejam objeto de muitos questionamentos, especialmente em torno de sua qualidade e profundidade, observou-se, de maneira muito expressiva, a recuperação da renda, o maior acesso da população aos bens de consumo, aos programas sociais e, naquilo que interessa diretamente a este artigo, uma expressiva diminuição dos índices de desemprego e a expansão das oportunidades de trabalho, especialmente de caráter formal. Embora essas tendências já demonstrem claros sinais de retração no período mais recente, foram parte da realidade dessa geração.

A apresentação aqui proposta pretende refletir sobre o lugar e os sentidos do trabalho para a juventude brasileira a partir de dados da pesquisa Agenda Juventude Brasil, realizada pela Secretaria Nacional da Juventude, entre os meses de abril e maio de 2013. Foram entrevistados 3.300 jovens com idade entre 15 e 29 anos por meio de questionários estruturados e entrevistas pessoais e domiciliares em um total de 161 perguntas, tendo contemplado 27 unidades da federação. O estudo trouxe dados relevantes sobre a condição juvenil do Brasil contemplando várias dimensões: educação, trabalho, família, religião, participação, dentre outras, mas a relação com o trabalho será o foco dessa apresentação.

Diversidades e desigualdades na escola e no trabalho

A singularidade da condição juvenil é dada pelo que se vive nesse momento da vida numa dada conjuntura histórica. No período histórico atual, trata-se de uma longa transição da infância para a idade adulta, caracterizada por um intenso processo de definições, escolhas e arranjos para a construção de uma trajetória de inserção e

autonomia. Cada vez mais os elementos necessários para realizar esse processo de transição se multiplicam e se diversificam, fazendo com que os jovens tenham de compor uma equação com inúmeros elementos para viver a vida presente e preparar a vida futura: escola, trabalho, vida familiar e sociabilidade, sexualidade, namoro, lazer, vida cultural. É, assim, um momento crucial de formulação de projetos de vida, de escolhas e construção de caminhos. Ademais, é preciso ressaltar que hoje, mais que em períodos passados, tais percursos não são necessariamente lineares nem composto por etapas sucessivas e ordenadas, mas muitas vezes concomitantes e reversíveis.

Convencionou-se, no Brasil, que os processos que constituem a juventude ocorrem, na maior parte das vezes, entre 15 e 29 anos de idade. Este arco de idade está em todos os marcos legais que acompanharam a instituição da política nacional de juventude, reafirmada agora pelo Estatuto da Juventude, que define os direitos relativos a este segmento e que foi aprovado e sancionado em 2013. Contudo, para compreender os significados das situações e das questões vivida pelos jovens, é fundamental olhar para a especificidade dos diferentes momentos dessa trajetória, diferenciando a situação dos adolescentes (15 a 17 anos) da dos jovens de 18 a 24 anos, e por outro lado, daqueles que tem entre 25 e 29 anos.

Também pelo período da juventude ter se tornado tão extenso, é que deixou de poder ser pensado como momento apenas de preparação, prévio a uma entrada mais densa nas outras esferas sociais, como convencionalmente se definia o principal conteúdo da juventude, consubstanciada na noção de moratória. Cada vez mais conectado a todas as informações, sem interdições existentes em outros tempos, o jovem inicia muitos percursos paralelos de inserção, inclusão, participação e autonomia. O grande problema da juventude é a montagem da equação entre todos esses elementos que compõem a vida nesse momento, e é aí que ganham sentido as diversidades e incidem as desigualdades, que resultam em modos distintos de viver a juventude e concretizar sua inclusão.

Observando-se os múltiplos arranjos entre escola e trabalho encontrados na pesquisa *Agenda Juventude Brasil*, confirma-se a importância do trabalho na vida da população jovem: 74% dos jovens estão vinculados ao mundo do trabalho – seja trabalhando, seja buscando trabalho – e 39% ao mundo da escola. A maior parcela é a dos jovens que só trabalham (38%); os que trabalham e estudam somam 14%. Os desempregados que não estão estudando somam 12% e os que estão estudando 9%. Os jovens que só estudam compõem a segunda maior parcela do total (16%) e os que não estão estudando, trabalhando ou buscando trabalho somam 11%.

Há, no entanto, mudanças significativas conforme um conjunto de variáveis. A pesquisa revela que, entre os adolescentes, a maioria está na escola (85%, somando os que só estudam e os que estudam e trabalham) e cerca de um quarto no mundo do trabalho (25,3%, somando os que só trabalham com os que estudam e trabalham); sendo bem menor que todas as outras a proporção dos que só trabalham (6%); estão fora da escola, portanto, cerca de 15% (soma de só trabalha, com desempregados que não estudam, e com nem estuda e nem trabalha).

Já depois dos 18 anos, fica evidente que o trabalho constituiu atividade exclusiva muito mais que a escola, relação que se acentua entre os 25 e 29 anos. Estão fora da escola, portanto, 67% dos que tem entre 18 e 24 anos, e 85% dos que tem entre 25 e 29 anos. Aqui é preciso lembrar que, depois dos 18 anos, parte dos que não frequenta a escola já terminou os estudos, pelo menos a educação básica (cerca de metade dos que não frequenta a escola, ou cerca de 1/3 do conjunto dos jovens) e parte abandonou antes de terminar (outra metade dos que não frequenta a escola, cerca de 1/3 do conjunto dos jovens). Desse modo, a conta dos que “abandonou” a escola é diferente da dos que “não frequenta”: dos 18 a 24 anos, 32,3% está fora da escola sem ter terminado a educação básica; na faixa dos 25 a 29 anos, são 37%.

É por isso que o dado simples da frequência à escola pelo conjunto dos jovens pode levar a interpretações equivocadas sobre a situação da garantia do direito à educação no Brasil, senão atentarmos para o fato de que a formação escolar contém um percurso que se desenrola e finaliza, na maior parte das vezes, ao longo do período juvenil. Isso implica em ver o dado da frequência à escola a partir de duas observações essenciais: a primeira é a da faixa etária, obviamente, pelas razões já apontadas acima; e a segunda é a da discriminação entre os que não frequentam por que concluíram sua formação escolar, e aqueles que abandonaram os estudos antes da conclusão. Desse modo, vemos que, no conjunto dos entrevistados, 37% atualmente estudam; 29% já terminaram seus estudos; e 33% pararam antes de concluir. De todo o modo, é ainda bastante alta a porcentagem de jovens que abandonaram os estudos antes de concluir e essa tem sido uma das principais desafios das políticas públicas para a população juvenil.

O período da juventude é justamente aquele em que se processa a inserção no mundo do trabalho. A inserção antes dos 16 anos é proibida no país, salvo na condição de aprendiz, após os 14 anos. Mas ainda há, nessa geração, jovens que começaram a trabalhar na infância, apesar da diminuição importante do trabalho infantil verificada nos últimos anos. Entre os nossos entrevistados, 24% dizem que começaram a trabalhar antes dos 15 anos (37% dos que trabalham ou já trabalharam). A situação muda profundamente segundo a condição sócio econômica da família de origem desses jovens. Assim, é entre os entrevistados das faixas mais baixas de renda para os quais o trabalho precoce se faz mais presente, assim como para aqueles que vivem no campo. As diferenças de gênero são também muito significativas. Os jovens do sexo masculino estão em muito maior proporção no mundo do trabalho (86%) que as jovens mulheres (66%).

A idade funciona de um modo central, como uma variável especial quando falamos de trajetórias: justamente por que se trata de um percurso de inclusão no mundo do trabalho, ou seja, de um processo através do qual se desloca da dedicação exclusiva aos estudos para um período de conciliação entre estudo e trabalho para, por fim, uma dedicação exclusiva ao trabalho. É claro que os momentos de conclusão ou abandono dos estudos, de entrada no trabalho, assim como as condições de conciliação entre os dois termos variam profundamente segundo as características e a situação sócio econômica dos jovens.

O quadro da situação de atividade evidencia também o fenômeno dos “nem nem” (jovens que não estudam nem trabalham), que tem sido um dos temas que mais tem chamado a atenção da mídia, que, com tom bastante alarmado, fala em parcelas crescentes girando em torno dos 20 e tantos por cento. É preciso, contudo, considerar

que o modo como os dados tem sido colhidos e classificados até agora, na maior parte dos diagnósticos, misturam distintos tipos de situação de “inatividade”: os que não estão estudando no ensino regular, os que estão desempregados, os que estão no desalento, os que se retiraram da PEA ou que nela nem entraram, os que estão ocupados com “afazeres domésticos”. As informações da pesquisa Agenda Juventude Brasil também não fez todas essas distinções, mas pode-se, por exemplo, discriminar os que estão desempregados (e os que, nessa condição, estão estudando), assim como o conceito de “estudando” foi mais largo do que o costumeiro. Essas diferenciações já produzem outro diagnóstico: baixa de 20% (dados do IBGE 2013,) para 11% a parcela de jovens entre 15 e 29 anos que não estuda e nem trabalha (porque aqui agregou-se o “nem procura emprego”).

Também se pode observar a existência de um esforço por conciliar trabalho e estudo para uma parcela significativa de jovens, sobretudo entre os 15 e 17 anos (21,48%) e os de 18 a 24 anos (17,6%). E mais 9% que estuda e procura emprego, situação muito significativa entre os adolescentes (20%), o que pode indicar uma “disponibilidade” para começar a trabalhar, desde que não implique em interrupção dos estudos. Vale a pena reparar, nesse sentido, que a parcela de jovens que desenvolve dupla atividade (estuda e trabalha, procura emprego e estuda) é bem maior que a dupla inatividade, o que pode nos ajudar a questionar uma certa “imagem social” da juventude brasileira como excluída e desfilhada das instituições de formação e produção, ou uma juventude “nem nem” e “nem aí”, como veiculado por certos meios de comunicação.

O peso de cada uma dessas atividades, as combinações, e os momentos de inflexão variam, evidentemente, além da idade, conforme a situação sócio econômica dos jovens; mas nem todas no sentido do que poderia parecer óbvio. Por exemplo, os jovens dos estratos mais altos de renda familiar podem estudar mais que os dos estratos mais baixos, confirmando que a diferença de renda ainda produz muita desigualdade no direito à educação, apesar de todos os avanços observados na redução das disparidades: enquanto quase metade (44%) dos jovens da terceira faixa de renda está estudando, apenas um terço (34%) dos da primeira faixa de renda faz o mesmo. A situação dos que não estão mais estudando mostra com ainda mais eloquência essa desigualdade: entre os jovens de famílias de renda mais alta, são 1/3 os que já terminaram os estudos, e 1/5 os que saíram sem concluir; entre os jovens de famílias de renda mais baixa, a relação se inverte: metade saiu da escola sem concluir, enquanto apenas 16% já terminou os estudos.

Por outro lado, o trabalho, que frequentemente é tomado como indicador de pobreza quando se faz presente na vida dos jovens, aparece, nessa pesquisa, de modo inverso: as parcelas de jovens que só trabalham sobem de 27% nas faixas de renda mais baixa para 50% nas de renda mais alta; a porcentagem de jovens que conciliam estudo e trabalho segue o mesmo caminho: sobe de 7% entre os mais pobres para 27% entre os mais ricos. É a inatividade que aparece como correlacionada à pobreza: a parcela de desempregados, assim como a condição de “nem nem”, são muito maiores entre os jovens de baixa renda (20% na primeira faixa, contra 2% na terceira). Isso, em grande parte, se explica pelo fato da maioria da mostra desta pesquisa ser composta por quem já tem mais de 18 anos, como na população juvenil brasileira (apenas 21% dos jovens brasileiros têm entre 15 e 17 anos); por outro lado, pode ser decorrência do que já apontamos antes, o fato de que a existência de jovens trabalhando eleva a renda da família. Mas também pode indicar o fenômeno de que a própria possibilidade de

compor um percurso de inclusão através da combinação entre trabalho e estudo dependa de recursos materiais e simbólicos.

Corroborando o conjunto de análises mais recentes sobre o mercado de trabalho brasileiro, e mais especificamente sobre o lugar dos jovens neste mercado (GUIMARÃES, 2013; BRASIL, 2014), a pesquisa evidencia um significativo crescimento do emprego formalmente registrado no período investigado, embora essa tendência já esteja sendo revertida. No ano de 2003, 32% dos jovens de 15 a 24 anos que trabalhavam estavam inseridos no mercado formal, enquanto em 2013 esse percentual eleva-se para 63%. É certo que as possibilidades desse tipo de vínculo eram maiores para os jovens mais velhos, do sexo masculino, de renda mais elevada e brancos, mas considerando-se a variação entre 2003 e 2013, a situação, do ponto de vista da formalização dos vínculos, melhorou significativamente para os segmentos de mais baixa renda, mulheres, negros e moradores de áreas rurais.

Essas alterações parecem ter contribuído para uma significativa redução na percepção do emprego como um problema a ser resolvido. Em 2003, 30% dos jovens de 15 a 24 anos declararam algum aspecto relacionado ao trabalho como a sua principal preocupação e 55%, como uma de suas três principais preocupações; em 2013, na mesma faixa de idade, esses índices diminuíram para 18% e 36%, respectivamente. Em 2003, as preocupações resumiam-se praticamente ao desemprego: 29% o tinham como sua principal preocupação e 52% como uma de suas principais preocupações. Em 2013, registra-se uma significativa diminuição nesse tipo de preocupação: 11% e 22%, respectivamente.

Essas percepções não permitem informar que o emprego e as questões de trabalho não sejam mais importantes para esses jovens, bem ao contrário, como veremos adiante, mas, de todo modo, parecem sinalizar que a preocupação em encontrar uma vaga neste mercado diminuiu sensivelmente, embora não deixe de estar presente. Nesse sentido, parece importante revelar que outras questões são apresentadas por esses jovens, quando se trata de pensar o trabalho.

Trabalho e condições de trabalho

Há uma vasta literatura informando que as novas configurações do trabalho provocam uma grande variação e flexibilização dos contratos e dos tipos de trabalho, o que nem sempre pode ser reduzido à noção mais tradicional de precarização. De fato, a precariedade no trabalho já não pode mais ser associada apenas à ausência de contratos ou direitos sociais, relacionando-se também com a intensificação de controles, metas e exigências, inclusive de engajamento subjetivo no trabalho (LIMA, 2013). Do mesmo modo, as fronteiras entre o formal e o informal, o lícito e o ilícito tornam-se cada vez mais fluídas e porosas (TELLES E CABANES, 2006), levando ao questionamento do conceito de informalidade. Os dados da pesquisa não permitem o registro dessas fronteiras e porosidades, mas dão conta de evidenciar a necessidade de se ir além da identificação da formalização dos vínculos como sinônimo de trabalho não precário.

Nesse sentido, a maior formalização dos vínculos dos jovens investigados, não significa, necessariamente, um trabalho não precário. A precarização do trabalho também pode ser encontrada nas condições efetivas de trabalho, nas tensas, intensas e extensas jornadas e na diversificação das formas de remuneração (LIMA, 2013). Ao

assinalarem os aspectos positivos e negativos no trabalho, os jovens investigados também colaboram para tornar mais complexo o próprio conceito de precarização e para evidenciar várias questões que precisam ser consideradas quando se trata de refletir sobre a relação dos jovens com o mundo do trabalho e que ultrapassam, e muito, o “problema da inserção”.

Considerando o aspecto mais positivo do trabalho atual ou do último trabalho realizado, algumas dimensões ganham destaque.

O salário foi mencionado por 39% dos jovens, sendo mais destacado pelos mais novos (42%), os dos estratos altos de renda domiciliar *per capita* (44%), e os jovens com ensino fundamental (38%) ou médio (41%).

Os aspectos ligados à realização pessoal e profissional – realização pessoal / ganhar conhecimento/experiência / chance de crescimento na carreira / poder ajudar ou sustentar a família / ter autonomia financeira – foram assinalados por parcela um pouco menor (35%), mas com maior ênfase pelos jovens que estudaram até o ensino superior (53%), os dos estratos altos de renda domiciliar *per capita* (50%), os mais velhos (38%), os moradores das áreas urbanas (36%) e os que estudam (39%).

Os aspectos relacionados ao horário ou jornada de trabalho – hora certa para entrar e sair / horário flexível / meio período / período integral – foram mencionados por 29% dos jovens, sendo mais citados pelas mulheres (31%), os moradores das áreas urbanas (31%), os dos estratos altos de renda domiciliar *per capita* (50%), os mais velhos (34%) e os que concluíram a educação básica, independentemente de terem ou não ingressado no ensino superior (31%).

O registro em carteira/primeiro registro foi mencionado por 21% dos jovens, com destaque para os mais velhos (25%), os urbanos (22%) e de mais alta renda (27%). E citações ao tipo de vínculo foram feitas por 15% dos jovens, sendo que os mais velhos e de mais alta renda destacaram com mais ênfase o trabalho estável (11% e 17%), e os de mais baixa renda e os que concluíram apenas o ensino fundamental, o trabalho independente/por conta própria/autônomo (8% e 10%). É importante assinalar esse dado, uma vez que tem se tornado recorrente a afirmação de que os jovens estariam mais abertos a vínculos mais “flexíveis” e a atividades empreendedoras de cunho individual. Os destaques ao registro e ao trabalho estável como aspectos positivos contribuem para problematizar essas percepções.

O conjunto de aspectos mais fortemente relacionados ao tempo de trabalho pode sinalizar questões relativas à diversificação dos tempos e locais de trabalho, mas especialmente às dificuldades/facilidades de conciliar o trabalho com outras atividades, tais como os estudos, especialmente neste momento da vida.

A questão do tempo de trabalho se configura como uma questão relevante também quando se assinalam os aspectos negativos do trabalho. Ela não só aparece novamente, como é agora a mais intensamente destacada, sendo citada por 31% dos jovens. São apontados como aspectos mais negativos do trabalho realizado o período integral/jornada excessiva (17%), a falta de horário certo para sair (11%), a hora certa para entrar e sair (5%), o trabalho em meio período (2%). Além disso, menos de 1% fizeram menção ao fato de sair muito cedo de casa e de ter pouco tempo para

almoço. As mulheres, mais que os homens, enfrentam o problema da falta de horário pra sair (13%). Os mais jovens (15 a 17 anos), os que estudam e os com escolaridade até o ensino médio são os que mais reclamam do período integral/jornada excessiva (22%, 21% e 19%). A falta de horário para sair é um problema para os mais jovens (14%), as mulheres (13%) e para os que se encontram no ensino básico (14% no ensino fundamental e 12%, no médio).

As preocupações com o tempo de trabalho estão intrinsecamente relacionadas às extensas jornadas a que os jovens ainda estão submetidos. Mesmo que os dados da *Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar* sinalizem uma redução da jornada média dos estudantes em todas as faixas etárias entre 2006 e 2013, a jornada média semanal dos jovens estudantes entre 15 e 29 anos ainda é igual ou superior a 30 horas semanais e, para os jovens que não estudam, é ainda superior, em torno de 40 horas ou mais. Considerando o tempo de deslocamento da residência ao local de trabalho, ainda no mesmo período, cresce, em todas as faixas etárias, o percentual de jovens que gasta mais de uma hora no percurso casa-trabalho (BRASIL, 2013).

Os dados da pesquisa aproximam-se dos dados nacionais. Dos jovens que trabalham, a média de horas gira em torno de 39 horas semanais, mas 46% da amostra afirmaram terem trabalhado mais de 40 horas na semana e 37%, entre 25 e 40 horas. Em geral, os mais jovens, (entre 15 e 17 anos) concentram-se entre os que menos trabalham mais de 40 horas semanais (em torno de 21%, contra 45% entre 18 e 24 anos e 51% entre 25 e 29 anos). A condição de estudante também produz alterações aqui: 36% dos que estudam trabalham mais de 40 horas contra 49% dos que não estudam. Jornadas menores, no entanto, nem sempre dizem respeito a melhores vínculos. Dada a configuração do mercado de trabalho brasileiro, onde a jornada de trabalho regulamentada é de 44 horas semanais, por vezes a realização de jornadas menores pode indicar vínculos mais precários, o que pode explicar o fato de os homens jovens de maior renda e moradores de áreas urbanas trabalharem um número maior de horas.

Em segundo lugar, depois das questões relativas à jornada, o salário é considerado insatisfatório por 19% dos jovens, sobretudo pelos mais velhos (25-29 anos: 20%), os rurais (25%), e os de mais baixa renda (22%). Os entraves para a realização pessoal e profissional – a falta de oportunidade para crescer, o trabalho repetitivo/desqualificado/que não traz experiência, a falta de realização pessoal – são problemas apontados por 14% dos jovens.

Apenas 57% dos jovens que trabalham ou já trabalharam mostram-se satisfeitos com o trabalho realizado, considerando-o adequado ao seu grau de conhecimento e experiência; 38% consideram que ele está abaixo e 5% que está acima. Os menos satisfeitos são os mais jovens, os da área rural, os de mais baixa renda, os que estudam e os de mais baixa escolaridade. Consideram que o trabalho está abaixo de suas capacidades: 44% dos jovens de 15-17 anos (contra 34% dos de 25-29); 44% na área rural (contra 37% da área urbana); 49% dos jovens dos estratos baixos de renda (contra 35% nos estratos médios e 31% nos altos); 41% dos jovens que estudam (contra 37% dos que não estudam); e 43% dos que estudam ou estudaram apenas até o ensino fundamental (contra 37% dos com até ensino médio, e 31% dos com até o ensino superior). Além disso, chama a atenção que 10% dos jovens na faixa dos 15-17 anos considerem que o trabalho realizado está/estava acima de suas capacidades (contra 4% e 5% nas faixas de 18-24 e 25-29 anos).

Quando buscam trabalho, os aspectos que os jovens mais levam em conta são o salário (citado por 63%), o registro em carteira (33%), a localização/facilidade de acesso (17%), a chance de crescimento na carreira (também citada por 17%) e o horário flexível (16%). A importância do salário é maior entre os jovens mais velhos, os brancos e os dos estratos altos de renda. A carteira assinada é mais buscada pelas jovens mulheres, pelos que têm 18 anos ou mais, os urbanos e os dos estratos altos. Quando se considera a escolaridade, chama a atenção o fato de que os jovens com até o ensino médio apresentam as mais altas taxas de citação, tanto ao salário como ao registro em carteira e à localização/facilidade de acesso.

A chance de crescimento na carreira é mais valorizada na área urbana, entre os brancos, os de mais alta renda, os que estudam e os com até o ensino superior. O horário flexível, por sua vez, é mais procurado pelas mulheres, pelos negros, na área urbana, nos estratos altos de renda e pelos jovens com até o ensino médio ou superior.

Entre os demais aspectos valorizados, alguns merecem destaque. A estabilidade no trabalho foi mencionada por 10% dos entrevistados, mas evidenciou maior importância na área urbana e nos estratos altos de renda. O trabalho em meio período foi citado por 5% dos jovens, mas mais especialmente pelas mulheres, pelos mais jovens, que estudam e que vivem em área urbana. Os 2% de jovens que afirmaram que não buscam nenhum aspecto em particular, que o que aparecer está bom, estão mais concentrados entre os mais jovens, os da área rural, dos estratos baixos de renda e com mais baixa escolaridade.

Esse olhar mais geral, aqui apresentado, sobre as experiências concretas dos jovens com o trabalho revelam questões que vão além da preocupação com o salário, o desemprego e a formalização dos vínculos. Aspectos relacionados à possibilidade de realização e de crescimento pessoal no trabalho, de adequação entre o trabalho realizado e a formação adquirida e, especialmente, aspectos relativos ao tempo de trabalho, ganham destaque, sinalizando a importância de ações que consigam apoiá-los na construção de seus percursos, entre a escola, o trabalho e outras dimensões da vida.

O trabalho – demandas, expectativas e sentidos

Um conjunto significativo de pesquisas, especialmente de caráter qualitativo, tem enfatizado que, a despeito das crises e transformações na esfera do trabalho nas últimas décadas, este permanece como um elemento central na vida dos jovens, dotando-se de um conjunto diversificado de sentidos que varia quando considerados os diferentes estratos de renda, sexo, escolaridade, experiências (ou não) de trabalho (CORROCHANO, 2008, 2013; TARTUCE, 2010).

Esta diversidade de sentidos já aparecia nos resultados da pesquisa realizada em 2003 – *Perfil da Juventude Brasileira* (GUIMARÃES, 2005) e permanece como relevante na *Agenda Juventude Brasil*. Quando perguntados sobre as palavras mais fortemente associadas ao trabalho, necessidade (33%), independência (25%) e realização pessoal (20%) são mais destacadas, seguidas por crescimento (14%), obrigação (5%), direito (4%) e exploração, que não chega a somar 1% das menções. Essas percepções, no entanto, variam, a depender de um conjunto de variáveis.

Como era de se esperar, a percepção do trabalho como necessidade é maior entre os jovens que pertencem a famílias de mais baixa renda, que não estudam ou ainda não completaram o ensino fundamental, mais velhos, entre 25 e 29 anos, moradores de áreas rurais, cônjuges e jovens com filhos. Ainda que outros sentidos também desponham para jovens com esse perfil e que já exista um acúmulo de estudos pontuando que a necessidade não é a única razão para a busca por trabalho, para os jovens desse perfil o trabalho para ganhar a vida é imperativo. A associação do trabalho como independência está presente em todas as idades, níveis de renda, sexo e cor/raça, mas é preponderante entre os jovens mais novos, entre 15 e 17 anos, que ocupam a posição de filhos na família, e para as mulheres. Neste último caso, vale recuperar os percentuais que apresentam diferenças muito significativas: 31% das mulheres jovens associam o trabalho à independência, contra apenas 18% dos homens, reafirmando a importância do trabalho feminino para a maior autonomia da mulher na família, seja em relação aos cônjuges, seja em relação aos pais.

Tabela 1 – Sentidos do trabalho para jovens entre 15 e 29 anos, segundo o nível de escolaridade alcançado

	TOTAL	Até ensino fundamental	Até ensino médio	Até ensino superior
Necessidade	33	39	31	23
Independência	25	20	27	29
Realização pessoal	20	15	20	28
Crescimento	14	11	15	17
Obrigação	5	8	3	2
Direito	4	6	4	1
Exploração	0	0	0	1
Outra	0	0	0	0
Não sabe	0	0	0	0

Fonte: SNJ. Agenda Juventude Brasil (2013).

Para além dos sentidos, a importância do trabalho também é revelada em outras dimensões da pesquisa. Ao serem questionados sobre o que gostariam que acontecesse em suas vidas no futuro para que se sentissem realizados – “qual o maior sonho” –, 48% dos jovens mencionaram questões relativas ao trabalho, entre as quais se destacam: “conseguir um bom emprego (14%), entrar no mercado de trabalho (9%), ter realização profissional (7%), trabalhar com registro (4%), trabalhar na área (4%), manter negócio próprio (4%), passar em concurso público (3%), ter profissão (2%). Vale pontuar que aqui também aparecem expectativas em rela o ao alcance de algumas “profissões de sonhos”, para usar a acepção de Ferreira (2012): trabalhar como jogador de futebol (2%), trabalhar no ramo da música (2%), ser modelo (0,2%), por exemplo. As expectativas em rela o   educa o aparecem em segundo lugar, alcançando 30% das menções. No interior dessas menções,   preponderante o ingresso ou a conclusão do ensino superior, com 24% do total.

A menção ao trabalho/emprego   maior entre os mais jovens, alcançando 53% entre os de 15-17 anos e 52% entre os de 18-24 anos, contra 39% dos mais velhos, de 25-29 anos; entre os jovens pertencentes aos estratos de mais baixa renda (53% contra 37% das menções entre os mais altos) e entre os jovens que estudam (56% dos que estudam contra 42% dos que não estudam). Aqui também vale mencionar que apenas 5% dos

jovens fazem referência à aquisição de bens de consumo, bem abaixo das aspirações relativas a trabalho, educação, família, moradia.

As expectativas de melhoria da vida pessoal no futuro também vêm fortemente associadas ao universo do trabalho. Dos 94% de jovens que acreditam que, nos próximos cinco anos, sua vida vai melhorar, mais da metade deles (52%) depositam suas expectativas no trabalho. Questões relativas à educação/formação aparecem em segundo lugar, com 42% das menções. Vale ressaltar que a dimensão do trabalho aparece com a mesma força aqui, independentemente da renda familiar, cor/raça, sexo, região de moradia ou nível de escolaridade.

Estudar e trabalhar não são apenas expectativas de futuro, são também atividades realizadas no presente que podem possibilitar o alcance do “sonho”: perguntados sobre o que realizavam no tempo presente para realizar seus sonhos, 40% responderam que estavam estudando e 37% que estavam realizando algum tipo de trabalho.

Embora o momento da juventude ainda esteja fortemente relacionado à educação e à qualificação profissional, especialmente considerando as expectativas do mundo adulto, os jovens apontam para a centralidade do trabalho neste momento da vida, seja em termos de realidade no tempo presente, seja em termos de projetos para o futuro. É certo que a presença, os sentidos e expectativas depositados no trabalho variam segundo as idades no tempo da juventude, a renda familiar, o sexo, a cor/raça, o local de moradia e os níveis de escolaridade, revelando a permanência de muitas desigualdades, a despeito das transformações ocorridas na educação e no mercado de trabalho brasileiros na última década.

Em termos de demandas para as ações públicas, a questão do trabalho, no entanto, só aparece quando a pergunta é realizada de modo direto: “Na sua opinião, qual destas ações o governo deveria fazer em 1º lugar para melhorar a situação dos jovens no trabalho?”. A oferta de formação profissional e a elevação da qualidade do ensino aparecem em primeiro e em segundo lugar, com 37% e 33% das menções. Para além de ações no campo educacional, também emergem demandas específicas para o campo do trabalho: somando-se as demandas de apoio à entrada no mercado de trabalho (12%), criação de mais empregos (9%), de mais estágios (3%), de orientação profissional (3%) e oferta de crédito (2%), têm-se 29% das menções relativas à necessidade de ações indicando o apoio à inserção e também uma certa orientação no universo do trabalho.

Apesar da centralidade do trabalho no presente e nos projetos de futuro, ele não é percebido como um assunto para ser discutido pela sociedade em geral, ficando mais restrito ao âmbito privado. Ao serem indagados sobre os assuntos que gostariam de discutir com a família, “educação e futuro profissional” aparecem em primeiro lugar, mas assumem o 5º lugar como assunto para discussão com a sociedade em geral. Em uma outra questão, quando indagados sobre os problemas que mais incomodam ao se pensar no Brasil, a “falta de perspectiva profissional” para os jovens aparece em último lugar, com apenas 3% das menções.

Esse aparente desencontro entre a forte expectativa depositada no trabalho para a realização de sonhos e projetos e sua pouca presença em termos de demanda para a sociedade e para as políticas de governo de modo geral parece sinalizar o fato de que os jovens ainda estão - e se percebem como - muito solitários ou restritos ao âmbito

privado no enfrentamento de questões no mundo do trabalho e na construção de seus trajetos profissionais. Os avanços do país em termos de políticas de investimentos, de defesa do emprego e valorização do salário mínimo nas últimas décadas são evidentes e também podem estar refletindo as fortes expectativas depositadas no trabalho pelos jovens da pesquisa. No entanto, sem negar a importância da ampliação da formalização do emprego e da elevação da renda da população, bem como dos ganhos educacionais dos últimos anos, quando consideradas as ações públicas para os jovens, os suportes para a efetivação dos trânsitos e combinações entre escola, trabalho e vida familiar, cada vez mais tensos, intensos e desiguais no atual contexto social, ainda são muito restritos. E, se há fortes expectativas depositadas no trabalho e em melhores trabalhos, especialmente considerando os projetos de futuro, é preciso construir ações que, efetivamente, dêem apoio a essas jovens gerações, dado um contexto onde cada vez mais a ideologia da interiorização do fracasso e do sucesso ganha força, sobretudo quando pensamos no mundo do trabalho, obscurecendo-se os constrangimentos estruturais impostos pelo tipo de sociedade em que vivemos.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013*. Brasília: IBGE, 2013.

CORROCHANO, Maria Carla. *Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior*. Avaliação. Campinas, vol. 18, 2013, p. 23-44.

_____, Maria Carla. *O trabalho e a sua ausência: narrativas juvenis na metrópole*. São Paulo, Annablume, Fapesp, 2012.

DUBAR, C. La construction sociale de l'insertion professionnelle en France. In: ROULLEAU-BERGER, L.; GAUTHIER, M. (Orgs.). *Les jeunes et l'emploi*. Paris: Editions de l'Aube, 2001.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Das belas-artes às artes de tatuar: dinâmicas recentes no mundo português da tatuagem. In: ALMEIDA, M. I.M.; PAIS, J. Machado. *Criatividade, juventude e novos horizontes profissionais*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012. p. 56-112.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil? In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 149 -174.

_____. Trajetórias Juvenis, um novo nicho em meio à expansão das oportunidades de trabalho? In: MACAMBIRA, J.; ANDRADE, F.R (Orgs.). *Trabalho e formação profissional – juventudes em transição*. Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013, p. 57-72.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: _____; SILVA, N. V. *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.147-172.

HARVEY, D. *Condição Pós Moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1996.

LIMA, Jacob C. *Outras sociologias do trabalho*: flexibilidades, emoções, mobilidades. São Carlos, Edufscar, 2013.

PAIS, J. M. *Ganchos, tachos e biscates*: jovens, trabalho e futuro. Porto: Âmbar, 2001.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

TARTUCE, G. L. *Jovens na transição escola-trabalho*: tensões e intenções. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2010.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (Orgs.). *Nas tramas da cidade*: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.